

# **COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS BRASILEIRAS APÓS A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**

**DIANE ROSSI MAXIMIANO REINA**

USP - Universidade de São Paulo

dianereina@hotmail.com

**SILVIO FREITAS DA SILVA**

Universidade Federal do Espírito Santo

silviofreitas\_17@hotmail.com

**DONIZETE REINA**

Universidade Federal do Espírito Santo

dreina2@hotmail.com

## ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS – Contabilidade Financeira e Gerencial

### COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS BRASILEIRAS APÓS A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

#### RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o índice IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, referentes aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 16, 27, 04 e 38. A população-alvo da pesquisa é composta por 47 empresas que compõem o Índice IBrX-50 da BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2012, que resultou em uma amostra composta por 36 empresas. O procedimento de coleta de dados foi à pesquisa documental, por meio da análise de 108 notas explicativas das empresas investigadas. A identificação do nível de comparabilidade foi obtida pelo índice o *T Index* (TAPLIN, 2004). Os resultados evidenciam que o nível de comparabilidade médio para o CPC 16 estoque foi de 0,34; CPC 27 imobilizado 0,90; CPC 04 intangíveis 0,92; e, CPC 38 instrumentos financeiros, mantidos para venda 0,15. Assim, conclui-se que os índices médios de comparabilidade são críticos em relação ao método de mensuração e avaliação dos estoques, instrumentos financeiros e que não houve uma evolução nos índices de comparabilidade no período de 2010 a 2012, na maioria dos índices as variações não foram significantes.

#### ABSTRACT

This research aims to investigate the levels of comparability of financial reports of the companies comprising the index IBrX50 after the adoption of International Accounting Standards. A descriptive study with qualitative and quantitative approach relating to Accounting Pronouncements CPCs 16, 27, 04 e 38. The target population for the survey consists of 47 companies comprising the Index IBrX50 BM & FBOVESPA in the period 2010-2012, which resulted in a sample of 36 companies. The procedure for data collection was the documentary research, through analysis of 108 notes of the companies investigated. The identification of the level comparison was obtained by the index *T index* (Taplin, 2004). The results show that the average level of comparability for CPC 16 stock was 0.34, 27 CPC immobilized 0.9, 04 CPC intangible 0.92, and CPC 38 Financial instruments held for sale 0.15. Thus, it is concluded that average levels of comparability are critical of the method of measurement and evaluation of inventories, financial instrument and that there was an evolution in the indices of comparability in the period 2010-2012, most of the indices changes not were significant.

**Palavras-chave:** Comparabilidade Contábil. Normas Internacionais. Pronunciamentos Contábeis.

## 1 INTRODUÇÃO

A convergência das normas contábeis vem se intensificando, mais de 120 países já utilizam ou estão em processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (CARMO; RIBEIRO; CARVALHO, 2011). O objetivo do IASB ao elaborar as Normas Internacionais de Contabilidade é desenvolver e promover o uso e a aplicação de normas contábeis internacionais globalmente aceitas, de alta qualidade, compreensíveis e exequíveis.

No Brasil, o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade deu início a partir da Lei 11.638/07 que alterou a Lei das Sociedades Anônimas. Entretanto, a partir de 2010 todas as demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, conforme Instrução 457/2007 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Apesar das empresas terem tido dois anos para se adequarem aos novos padrões contábeis, as mesmas vem enfrentando dificuldades na implementação das normas (FRERI; SALOTTI, 2013).

Dentre as vantagens advindas com a existência de padrões internacionais de contabilidade destacam-se: a maior transparência das demonstrações contábeis (TAVARES et al., 2010; FERNANDES et al., 2008; SILVA; SZUSTER, 2005); a comparação das informações contábeis divulgadas por diferentes países (TAVARES et al., 2010; FERNANDES et al., 2008; SILVA; SZUSTER, 2005; CARDOSO et al., 2010; IUDÍCIBUS; LÁZARO, 2007).

Segundo Franco, Kothari e Verdi (2011), investidores, reguladores, acadêmicos e pesquisadores reconhecem a importância da comparabilidade das informações financeiras entre as empresas. A comparabilidade das demonstrações financeiras melhora a qualidade das informações para os investidores globais, aumentando assim os fluxos de recursos financeiros oriundo de outros países (KANG; STULZ, 1997; FOND; HU; LI, 2011). A importância da comparabilidade se dá também no contexto regulamentar, tendo em vista que a contabilidade é uma das características qualitativas da informação contábil contidas no *The Conceptual Framework for Financial Reporting* elaborado pelo IASB.

A partir da convergência às normas internacionais diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas sobre a comparabilidade dos demonstrativos contábeis. Alguns estudos buscam: testar se a adoção das IFRS resulta em uma melhor comparabilidade (BROCHET; JAGOLINZER; RIEDL, 2011); o nível de comparabilidade nos países pertencentes ao BRIC (FABIANO, 2012); construção de uma medida para avaliar a comparabilidade das demonstrações contábeis e seus efeitos nas análises efetuada pelos analistas financeiros (FRANCO; KOTHARI; VERDI, 2011). No entanto, não se observa pesquisas que analisam a comparabilidade dos demonstrativos contábeis das empresas situadas no mesmo país. Tal fato torna-se relevante tendo em vista que diversos Pronunciamentos Técnicos permitem às empresas optarem pelo método de mensuração que melhor atende as suas políticas contábeis. Assim, a presente pesquisa busca analisar: Qual o nível de comparabilidade das práticas contábeis adotadas pelas empresas brasileiras?

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o índice IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Para tanto, serão objeto de investigação os Pronunciamentos Técnicos CPCs: 16 que trata sobre os estoques; CPC 27 sobre o imobilizado; CPC 04 que aborda os ativos intangíveis e o CPC 38 sobre instrumentos financeiros. Como a obrigatoriedade de elaboração dos demonstrativos financeiros totalmente convergentes de seu para o exercício de 2010, optou por pesquisa os demonstrativos publicados no período de 2010 a 2012.

A relevância desta pesquisa se dá por apresentar uma contribuição ao analisar a comparabilidade das demonstrações financeiras a partir do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que como benefícios da convergência às normas internacionais espera-se que tal fato acarrete benefícios às empresas tais como maior uniformidade e transparência, minimizando assim os problemas de agência e redução de assimetria informacional (DIAMOND; VERRECCHIA, 1991).

Neste contexto, este estudo trará contribuições para o vasto campo de pesquisa sobre qualidade da informação contábil após a adoção dos padrões internacionais por analisar uma das suas características que é a comparabilidade. Desta forma, justifica-se a pesquisa por analisar o nível de comparabilidade contábil das demonstrações contábeis de empresas de um mesmo país, aspecto este não contemplado em pesquisas anteriores.

O presente estudo está organizado em cinco seções: após esta primeira seção de caráter introdutório, apresenta-se, na segunda, o referencial teórico sobre a Comparabilidade contábil e as Normas contábeis investigadas convergentes aos padrões internacionais; na terceira seção, apresenta-se a metodologia da pesquisa, subdividida em enquadramento metodológico, amostra e procedimentos para coleta e análise dos dados; na quarta, apresentam-se os resultados da pesquisa; na quinta e última seção, apresentam-se as considerações finais. Por fim, elencam-se as referências utilizadas na pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Os dois eixos teóricos que informam o presente estudo são explorados, em termos da revisão de literatura, nas subseções a seguir.

### **2.1 Comparabilidade Contábil**

A comparabilidade é uma das características qualitativa da informação contábil que aumenta a sua utilidade, possibilitando às empresas atrair um número maior de investidores de outros países (*Financial Accounting Standards Board*, 1980; KANG; STULZ, 1997; FOND; HU; LI, 2011). Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro elaborado a partir do *The Conceptual Framework for Financial Reporting (BV2011)*, emitido pelo IASB:

Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira (CPC, 2011).

Observa-se que a convergência aos padrões internacionais vem minimizar as diferenças nos padrões contábeis, tendo em vista que até a adoção das IFRS cada país possuía um modelo próprio de padrões contábeis. Por exemplo o Brasil utilizava o BR GAAP – *Brazil's Generally Accepted Accounting Principles*.

No Brasil, o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do IASB iniciou em 2005 com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no 1.055, em 7 de outubro de 2005 (KLANN; BEUREN, 2011).

Entretanto, a Lei das Sociedades por Ações foi alterada por meio da Lei 11.638/2007 que estabeleceu que todas as sociedades por ações deveriam elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com as novas práticas contábeis (em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade).

Ao preparar e elaborar os Pronunciamentos Técnicos o CPC mostra que a convergências trouxe algumas diferenças nas práticas contábeis, dentre estas diferenças encontra-se a possibilidade das empresas estarem mensurando ativos e passivos tanto pelo método de custo quanto de valor justo. Tal fato pode ocasionar dificuldades em relação a comparabilidade das demonstrações entre as empresas.

A fim de investigar questões relacionadas a comparabilidade, alguns pesquisadores tem investigado se houve aumento de comparabilidade por meio da análise das normas contábeis nacionais, e da práticas contábeis adotadas por países diferentes (VAN DER TAS, 1988; EMENYONY; GRAY, 1992; ARCHER; DELVILLE; MCLEAY, 1995; HERMANN; THOMAS, 1995, PARKER; MORRIS, 2001; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008, CAIRNS *et al*, 2010; FABIANO, 2012, FRERI; SALOTTI, 2013). Dentre estas pesquisa destacamos as abaixo apresentadas.

Em 2001 Parker e Morris investigaram a escolha das políticas contábeis de 80 empresas situadas no Reino Unido e Austrália no ano de 1993, como resultados obtiveram um índice de comparabilidade nacional considerável (*T Index* = 1,00) em ambos os países.

Em 2008, Barth, Landsman e Lang, em seu estudo que envolveu as empresas não-estadunidenses, concluíram que o processo de convergência melhora a comparabilidade, mas não a ponto de concluir que este processo alcançará um nível ímpar de convergência; ou seja, ainda necessitará de algum tempo para que a harmonização material (das práticas contábeis) seja finalizada, se é que será finalizada em algum momento. Ainda neste estudo, verificou-se que as empresas que apresentam suas informações financeiras elaboradas a partir das normas internacionais apresentam melhor qualidade das informações contábeis do que quando elaboradas a partir de normas locais.

Já em 2010 Cairns et al., investigaram o uso da mensuração a valor justo em 228 empresas do Reino Unido e Austrália, por meio do *T Index*. Como resultados observaram um crescimento na utilização do valor justo em relação a mensuração dos instrumentos financeiros e pagamento baseado em ações nas empresas de ambos os países. Quanto a comparabilidade Nacional (índice *National Index*), em relação às IFRS o Reino Unido alcançou 0,917 e a Austrália 0,881.

Em 2011 Brochet, Jagolinzer e Riedl investigaram se a adoção obrigatória das Normas Internacionais melhora a comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas do Reino Unido no período de 2003 a 2006, então, deduz-se que os benefícios de acesso à informação privilegiada são reduzidos. Como resultados os autores confirmam a premissa.

Fabiano em 2012 investigou os níveis de comparabilidade nacional e internacional dos relatórios financeiros das empresas pertencentes aos países que fazem parte do BRIC no período de 2006 a 2010. Os resultados apontam uma queda do índice de comparabilidade internacional consolidado dos países do BRIC, em relação ao índice nacional a China obteve grau de comparabilidade máximo em todos os itens avaliados, a Índia apresentou crescimento e o Brasil e a Rússia evidenciaram comportamento de queda no indicador.

Em 2013 Freri e Salotti analisaram a comparabilidade de empresas administradoras de Shoppings Centers do mercado brasileiro que possuem propriedades para investimento no período de 2010 e 2011. Como resultados constatou-se que nenhuma das empresas atendem completamente aos requisitos de divulgação e que diversas informações são expressas em formatos diferentes, prejudicando a comparabilidade entre as empresas.

A partir das pesquisas acima apresentadas constata-se que existe um campo vasto de pesquisa sobre este tema a serem elaboradas.

## **2.2 Normas Contábeis**

Nesta seção apresenta-se uma breve descrição dos Pronunciamentos técnicos CPC 16, 27, 04 e 38 objeto de investigação desta pesquisa, destacando as formas de mensuração e avaliação permitidas após a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

A escolha destes Pronunciamentos Técnicos deu-se em função de sua utilização pelas diversas modalidades de negócios, e aspectos particulares no que tange a mensuração e avaliação que serão abordados nos tópicos que se seguem.

### **2.2.1 CPC 16 Estoques**

O CPC 16 foi aprovado em maio de 2009, cujo objetivo é estabelecer os procedimentos contábeis para registro dos estoques. O CPC 16 não se aplica aos estoques relacionados a: produção em andamento provenientes de contratos de construção, incluindo contratos de serviços diretamente relacionados; instrumentos financeiros; e, ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e o produto agrícola no ponto da colheita (CPC 16, 2009).

São considerados estoques os ativos adquiridos ou produzidos pela empresa destinados a venda ou utilização própria no curso normal de seus negócios (Martins et al., 2013). Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor (CPC 16, 2009).

Ainda de acordo CPC 16 entende por valor de custo todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Já o valor realizável líquido é o preço de venda estimado pela empresa no curso normal de seus negócios deduzidos dos custos estimados para finalizar o produto ou concretizar a venda (CPC 16, 2009; SILVA; SILVA; DENBERG, 2011).

Martins et al. (2013) menciona que um dos aspectos mais complexos na contabilidade está relacionado à apuração dos custos dos estoques, por ser um ativo significativo para a empresa e também porque o custo irá influenciar diretamente na apuração do resultado. Para a apuração do custo unitário a empresa pode utilizar-se de três métodos: preço específico, média ponderada móvel (M.P.M) ou primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS).

Com a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, o tratamento contábil dos estoques passou por mudanças significativas quanto a sua mensuração e evidenciação (THOMAZ, KRONBAUER E LISZBINSKI, 2013). Com estas modificações quanto ao tratamento contábil justifica-se a escolha deste pronunciamento como parte integrante de pesquisa.

### **2.2.2. CPC 27 Imobilizado**

O CPC 27 foi aprovado em maio de 2009, com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações (CPC 27, 2009).

O processo de mensuração do ativo imobilizado no momento do reconhecimento deve ser realizado pelo seu custo (CPC 27, 2009). Para tanto, o item 16 do CPC 27 menciona que o custo de um ativo imobilizado é composto por: a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-

lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

Segundo CPC 27 após o reconhecimento a mensuração subsequente deve ser realizada pelo método de custo ou pelo método de reavaliação. No método de custo o ativo é registrado pelo seu custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por recuperabilidade de ativo reconhecidas (*Impairment Test*). O método de reavaliação não é permitido no Brasil conforme determina a Lei 11.638/07 a partir do ano de 2008.

Cumprir lembrar que a Interpretação Técnica ICPC 10 trouxe orientação para as empresas que já possuíam bens registrados em seu imobilizado e necessitavam convergir tais ativos às normas internacionais. Na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade a empresa deve avaliar os ativos registrados em seu imobilizado que ainda estejam em operação para identificar se os mesmos encontram-se registrados no balanço por valores inferiores ou superiores ao seu valor justo, empregando assim o valor justo do bem como custo atribuído.

A inclusão deste pronunciamento torna-se relevante na pesquisa para evidenciar o nível de comparabilidade das demonstrações contábeis quando o um pronunciamento permite dois métodos de mensuração, no entanto há uma limitação legal (para utilização de somente um desses métodos), tornando-se um importante tópico.

### **2.2.3. CPC 04 Intangível**

O CPC 04 tem por objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. Este Pronunciamento estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos (CPC 04, 2010).

O CPC 04 (R1) define ativo intangível como um ativo não monetário identificável e sem substância física. Um ativo intangível pode ser adquirido ou criado na própria empresa, independentemente, devem ser reconhecidos quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros, forem controláveis pela entidade e os custos dos ativos puderem ser mensurados confiavelmente. O ativo intangível deve ser mensurado pelo custo no momento do reconhecimento inicial, com exceção para o intangível adquirido em uma combinação de negócios que deve ser mensurado pelo valor justo no momento da aquisição (CPC 04, 2010).

De acordo com CPC 04 a mensuração subsequente deve ser realizada pelo método de custo deduzindo a amortização (quanto o intangível possui vida útil definida) e pelo método de custo deduzindo as possíveis perdas por redução ao valor recuperável (quando o intangível possui vida útil indefinida) ou pelo método de reavaliação quando permitido legalmente. No Brasil a reavaliação de bens tangíveis ou intangíveis não é permitida devido às disposições contidas na Lei nº. 11.638/07.

As empresas têm registrado valores expressivos de ativos intangíveis em seu balanço patrimonial (EKBERG; LINDGREN, 2007); e tem-se uma dificuldade na mensuração e estimação da vida útil vida útil desses ativos, estes considerados por muitos autores como um dos principais ativos geradores de benefícios (MACHADO; FAMÁ, 2011). Desta forma, o CPC 27 torna-se um pronunciamento que carece de novas pesquisas em ciência contábil.

### **2.2.3. CPC 38 Instrumentos Financeiros**

Para definir o tratamento contábil dos ativos e passivos financeiros o CPC emitiu em 2009 os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40. O CPC 38 aborda o reconhecimento e a mensuração dos ativos financeiros, o CPC 39 a apresentação e o CPC 40 a evidênciação.

Segundo o CPC 38 o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro deve ser

realizado pelo seu valor justo, mais os custos incorridos para a sua obtenção (no caso dos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento).

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros deve ser realizada de acordo com a classificação dos mesmos. O CPC 38 classifica os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- (a) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, como o próprio nome do instrumento já diz é mensurado ao valor justo;
- (b) investimentos mantidos até o vencimento deve ser mensurado pelo custo histórico amortizado com a utilização do método dos juros efetivos;
- (c) empréstimos e contas a receber que deve ser mensurado pelo custo histórico amortizado com a utilização do método dos juros efetivos ; e
- (d) instrumentos financeiros disponíveis para venda devem ser mensurados pelo valor justo.

Convém ressaltar que os investimentos em instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido e derivativos que estejam ligados a e devam ser liquidados pela entrega desses instrumentos patrimoniais não cotados, devem ser medidos pelo custo (CPC 38, 2009).

As empresas tem problemas na implementação dos instrumentos financeiros, devido exigirem conhecimentos específicos relacionados ao tratamento de contábil, principalmente nos derivativos (WALLACE e WILLIAMS, 2002; BHAMORNSIRI e SCHROEDER, 2004). Por isso, justifica-se a escolha deste pronunciamento.

### **3 METODOLOGIA**

Nesta seção, são descritos: (i) o enquadramento metodológico da pesquisa; (ii) a amostra; e (iii) os procedimentos para coleta e análise dos dados.

#### **3.1 Enquadramento metodológico**

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva (GIL, 2010), por analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o índice IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Quanto a coleta dos dados, esta pesquisa utilizou-se de dados secundários, tendo em vista que as informações foram obtidas por meio das notas explicativas publicadas pelas empresas (BEUREN et al, 2010).

Em relação a abordagem do problema a pesquisa é qualitativa e quantitativa. Qualitativa ao examinar as notas explicativas divulgadas pelas empresas para verificar os métodos de mensuração utilizados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 14, 27, 04 e 38 e quantitativa ao aplicar o teste T *Index* (RICHARDSON, 2008).

Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental por ser realizada a partir da análise das notas explicativas das empresas que compõem o índice IBrX-50 nos anos de 2010 a 2012 (BEUREN et al., 2010).

#### **3.2 População e amostra**

A população-alvo da pesquisa é composta por 47 empresas que compõem o Índice IBrX-50 da BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2012. O levantamento dessas empresas foi realizado na primeira quinzena de dezembro de 2013.

Justifica-se a escolha das empresas pertencentes ao IBrX-50 por ser composto pelos 50 papéis mais líquido da BM&FBOVESPA.

Dentre as empresas que compõem o índice foram excluídas as instituições financeiras em virtude de suas regulamentações específicas e a AMBEV por não apresentar os demonstrativos contábeis do período analisado. Resultando em uma amostra composta por 36 empresas apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Empresas que compõem a amostra da Pesquisa

EMPRESAS	
ALL América Latina Logística S.A	Lojas Americanas S.A
Braskem S.A	Lojas Renner S.A
BR Malls Participações S.A	MMX Mineração e Metálicos
BR Properties S.A	Marfrig Alimentos S.A
CCR S. A	MRV Engenharia e Participações
CEMIG	Natura Cosméticos S.A
Cosan S.A. Industria e Comércio	Oi S.A
Cia Siderurgia Nacional	Cia Brasileira de Distribuição
Cyrela Brazil Realty S.A	PDG Realty S.A
Embraer S. A	Petróleo Brasileiro S.A Petrobras
Fibria Celulose S.A	Rossi Residencial S.A
Gafisa S.A	Cia Saneamento Básico Estado de São Paulo
Gerdau S.A	Suzano Papel e Celulose S.A
Cia Hering	Tim Participações S.A
Hypermarcas S.A	Ultrapar Participações S.A
JBS S.A	Usina Sid de Minas Gerais S.A –Usiminas
Klabin S.A	Vale S.A
Kroton Educacional S.A	Telefônica Brasil S.A

Fonte: Dados da pesquisa

Dentre as empresas que compõem o índice foram excluídas as instituições financeiras em virtude de suas regulamentações específicas e a AMBEV por não apresentar os demonstrativos contábeis do período analisado. Resultando em uma amostra composta por 36 empresas apresentadas no Quadro 1.

### 3.3 Procedimento para coleta e tratamento dos dados

O procedimento utilizado para a coleta dos dados foi a pesquisa documental, através da análise das notas explicativas das empresas investigadas. As notas explicativas foram coletadas pelo *site* da BM&FBovespa.

Para a coleta dos dados elaborou-se um *check-list* que expresse as formas de mensuração permitidas no Brasil após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, fez-se uma leitura dos seguintes Pronunciamentos Técnicos objeto de investigação por esta pesquisa: CPC 16 – Estoques; CPC 27 – Imobilizado; CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 38 – Instrumentos financeiros.

O período de investigação escolhido foi de 2010 a 2012, por ser a partir do exercício findo no ano de 2010 a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras consolidadas em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A identificação do nível de comparabilidade pode ser obtida por meio de índices que quantifiquem o grau de similaridade por parte das empresas na adoção das regras contábeis. Para esta pesquisa o índice utilizado é o *T Index* desenvolvido a partir das pesquisas realizadas por Taplin (2004). Este índice reflete a probabilidade de duas ou mais empresas selecionadas aleatoriamente possuírem demonstrações financeiras comparáveis. Para tanto, o índice assume o valor 0 (zero) quando os demonstrativos contábeis de todas as empresas não são comparáveis entre si, e 1 (um) quando todas os demonstrativos são plenamente comparáveis entre si. Este índice pode ser utilizado para análise da comparabilidade entre

empresas situadas em um mesmo país *National Index* bem como para comparação de empresas situadas em países diferentes *International Index*. No contexto desta pesquisa será investigado a comparabilidade entre empresas situadas em um mesmo país. A fórmula geral para o índice *T Index* para empresas situadas em um mesmo país é apresentada pela equação abaixo:

$$T\ Index = \sum_{k=1}^m (\mathcal{P}k)^2$$

Onde:

$\mathcal{P}k$  é a proporção de empresas do país que utilizam o método contábil  $k$ ;

$M$  é a quantidade de métodos contábeis analisados.

Fabiano (2012) menciona que a comparabilidade melhora quando os índices evidenciam que as escolhas das práticas contábeis convergem com um método. Desta forma, quando maior for o número de empresas que utilizam-se de uma prática contábil maior será a comparabilidade.

#### 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos do nível de comparabilidade dos relatórios contábeis em relação aos CPCs 04, 16, 27 e 38.

A Tabela 1 evidencia a quantidade, o percentual de empresas e as políticas contábeis adotadas pelas empresas. As escolhas contábeis, geralmente, são método de custo, método de valor justo e método de reavaliação, considerou-se também o custo atribuído, para o ano de 2010 conforme permitido para avaliação dos ativos intangíveis e imobilizado na convergência inicial dos demonstrativos às normas internacionais.

A classificação não divulgado quando as empresas não evidenciaram as políticas contábeis adotadas para mensuração e avaliação dos ativos e passivos pesquisados.

Quanto a mensuração dos estoques, por meio da Tabela 1 é possível observar que a maioria das empresas utiliza o modelo de mensuração a valor de custo. No entanto, constata-se que 31% das empresas não divulgam os métodos utilizados. No que tange aos métodos de avaliação o custo médio ponderado é utilizado por 67% das empresas. Em relação a evolução da utilização dos métodos percebe-se uma certa constância nos anos investigados.

As empresas utilizam-se do método de custo para avaliação dos ativos imobilizados, tendo em vista que no Brasil não é permitido o método de reavaliação. Entretanto, o que chama a atenção é que as empresas não se utilizaram do custo atribuído na convergência inicial de seus demonstrativos às normas internacionais.

Da mesma forma que o imobilizado as empresas utilizam do método de custo para avaliação dos ativos intangíveis, tendo em vista que o método de reavaliação não é permitido no Brasil.

Quanto aos instrumentos financeiros os mesmos são classificados em: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, derivativos, empréstimos e contas a receber e mantidos até o vencimento.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados a valor justo pela maioria das empresas. Quanto aos instrumentos financeiros disponíveis para venda observa-se que muitas empresas não divulgam o método utilizado. No que tange aos derivativos aproximadamente 70% das empresas mensuram pelo método do valor justo. Os empréstimos e contas a receber são mensurados pelas empresas pelo custo histórico amortizado. Em relação aos instrumentos financeiros mantidos até o vencimento em torno de 50% das empresa realizam a mensuração pelo custo amortizado, no entanto muitas empresas 30% das empresas não divulgam o método utilizado.

Tabela 1 - Políticas contábeis adotadas pelas empresas

	2010		2011		2012	
	N=36	%	N=36	%	N=36	%
<b>CPC 16 - Estoques</b>						
Mensuração						
Valor de custo	21	58%	22	61%	20	56%
Valor realizável líquido	0	0%	0	0%	1	3%
Não divulgado	11	31%	11	31%	12	33%
Não possui	4	11%	3	8%	3	8%
Avaliação						
Preços específico	0	0%	0	0%	0	0%
PEPS	0	0%	0	0%	1	3%
Custo médio ponderado	24	67%	21	58%	20	56%
Não divulgado	8	22%	12	33%	12	33%
Não possui	4	11%	3	8%	3	8%
<b>CPC 27 - Imobilizado</b>						
Mensuração						
Método de Custo	34	94%	34	94%	35	97%
Método de Reavaliação	0	0%	0	0%	0	0%
Custo atribuído	0	0%	0	0%	0	0%
Não divulgado	2	6%	2	6%	1	3%
<b>CPC 04 - Intangível</b>						
Mensuração						
Método de Custo	34	94%	35	97%	35	97%
Método de Reavaliação	0	0%	0	0%	0	0%
Custo atribuído	0	0%	0	0%	0	0%
Não divulgado	2	6%	1	3%	1	3%
<b>CPC 38 - Instrumentos Financeiros</b>						
Mensuração						
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado						
Método de custo	0	0%	0	0%	0	0%
Valor justo	35	97%	35	97%	34	94%
Não divulgado	1	3%	0	0%	1	3%
Não possui			1	3%	1	3%
Disponíveis para venda						
Método de custo	4	11%	4	11%	4	11%
Valor justo	14	39%	13	36%	14	39%
Não divulgado	15	42%	14	39%	11	31%
Não possui	3	8%	5	14%	7	19%
Derivativos						
Método de custo	0	0%	0	0%	0	0%
Valor justo	26	72%	28	78%	28	78%
Não divulgado	7	19%	6	17%	6	17%
Não possui	3	8%	2	6%	2	6%
Empréstimos e contas a receber						
Custo amortizado	36	100%	36	100%	35	97%
Valor justo	0	0%	0	0%	0	0%
Não divulgado	0	0%	0	0%	1	3%
Mantidos até o vencimento						
Custo amortizado	21	58%	17	47%	18	50%
Valor justo	0	0%	0	0%	0	0%
Não divulgado	12	33%	12	33%	11	31%
Não possui	3	8%	7	19%	7	19%

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir apresenta-se na Tabela 2 os índices *National Index*, calculados por meio do T *Index*.

Tabela 2 – Índice *National Index*

<b>National Index</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>CPC 16 - Estoques</b>			
Mensuração	0,34	0,37	0,31
Avaliação	0,30	0,20	0,18
<b>CPC 27 - Imobilizado</b>			
Mensuração	0,88	0,88	0,94
<b>CPC 04 - Intangível</b>			
Mensuração	0,88	0,94	0,94
<b>CPC 38 - Instrumentos Financeiros</b>			
Mensuração			
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	0,94	0,94	0,88
Disponíveis para venda	0,16	0,14	0,16
Empréstimos e contas a receber	1,00	1,00	0,94
Mantidos até o vencimento	0,34	0,22	0,25
Derivativos	0,52	0,61	0,61

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar os índices de comparabilidade, observa-se a comparabilidade plena nas práticas relacionadas aos instrumentos financeiros no que diz respeito às práticas de empréstimos e contas a receber. Em relação aos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado o índice médio foi de 0,92 sendo considerado um índice próximo da comparabilidade plena. A mesma situação ocorre quanto a comparabilidade dos ativos intangíveis e imobilizado. Quanto aos estoques o índice médio em relação a mensuração é de 0,34 e 0,23 em relação a avaliação dos estoque cuja utilização é o custo médio ponderado.

Dentre as formas de classificação dos instrumentos financeiros, os instrumentos classificados como disponíveis para venda possui índice médio de 0,15; os instrumentos mantidos até o vencimento com índice médio de 0,27; e, os instrumentos financeiros derivativos com índice médio de 0,58.

Os índices com menor índice de comparabilidade são os instrumentos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, seguido da forma de avaliação dos estoques.

Outro fator que chama a atenção é que não observa-se uma evolução no período investigado para a maioria dos índices de comparabilidade investigados.

Tais achados divergem da pesquisa realizada por Fabiano (2012) com empresas brasileiras do setor de Petróleo e gás, Siderurgia, Mineração e Energia, cujos índices médios de comparabilidade foram: média do índice de mensuração dos estoque (0,65) e avaliação dos estoque com comparabilidade plena (ou seja 1,00); mensuração do imobilizado índice médio de 0,824; intangível 0,728; instrumentos financeiros mantidos até o vencimento 0,77; instrumentos financeiros disponíveis para venda e derivativos com comparabilidade plena (índice 1,00).

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o índice IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, no período de 2010 a 2012.

A partir da análise das políticas contábeis adotadas pelas empresas foi possível estabelecer um índice de comparabilidade médio para cada Pronunciamento Técnico investigado.

O nível de comparabilidade médio para o CPC 16 estoque foi de 0,34; CPC 27 imobilizado 0,9; CPC 04 intangíveis 0,92; e, CPC 38 instrumentos financeiros, mantidos para venda 0,15, mensurados por meio do resultado 0,92; empréstimos e contas a receber 0,98; mantidos para venda 0,27 e derivativos 0,58.

Neste contexto, pode-se inferir que os índices médios de comparabilidade são críticos em relação ao método de mensuração e avaliação dos estoques, instrumento financeiros disponíveis para venda e mantidos para venda.

Outro fato é que não houve uma evolução nos índices de comparabilidade no período de 2010 a 2012, na maioria dos índices as variações não foram significantes.

Tais achados apresentam índices inferiores ao encontrado por Fabiano (2012) que investigou as empresas do setor de Petróleo e gás, Siderurgia, Mineração e Energia.

Neste contexto observa-se que a contabilidade após a adoção das normas internacionais tem como desafio melhorar os índices de comparabilidade, para tanto, torna-se necessários que as empresas efetuem uma melhor divulgação em seus demonstrativos financeiros das práticas adotadas para mensuração e avaliação de seus ativos e passivos, contribuindo assim para uma maior transparência e qualidade da informação contábil dos demonstrativos.

Sugere-se para futuras pesquisas analisar todas as empresas com ações listadas na BM&FBovespa comparando o nível de comparabilidade antes e após a adoção às normas internacionais de contabilidade.

## REFERENCIAS

ARCHER, S.; DELVAILLE, P.; MCLEAY, S. The measurement of harmonization and the comparability of financial statement items: within-country and between-country effects. *Accounting and Business Research*, v. 25, p. 67-80, 1995.

BARTH. M. E.; LANDSMAN. W. R.; LANG. M. H. International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*. Vol. 46. p. 467-498, June. 2008.

BEUREN, Ilse Maria et al. *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BHAMORNSIRI, S.; SCHROEDER, R. G. The disclosure of information on derivatives under SFAS no. 133: evidence from the dow 30. *Managerial Auditing Journal*, v, 19, n. 5, p. 669-680, 2004.

BROCHET, F.; JOGALINZER, A. D.; RIEDL, E. J. Mandatory IFRS adoption and financial statement comparability. *Contemporary Accounting*, v.29, nº 3, 2011.

CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TAPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, v. 30, p. 1-21, 2010.

CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 22, nº 57, p. 242 – 262, set/dez. 2011.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Análise da regulação da contabilidade à luz da teoria tridimensional do direito de Miguel Reale. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 6, nº 1, p.06 – 27, jan./mar. 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis*. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=18>>. Acesso em: janeiro/2014.

\_\_\_\_\_. *Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques*. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=31>. Acesso em: janeiro/2014.

\_\_\_\_\_. *Pronunciamento Técnico CPC 27 (R1) – Ativo Imobilizado*. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=37>. Acesso em: janeiro/2014.

\_\_\_\_\_. *Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=52>. Acesso em: janeiro/2014.

DIAMOND, D. W.; VERRECCHIA, R. E. Disclosure, liquidity, and the cost of capital. *Journal of Finance*, v. 46, n. 4, p.1325-1359, 1991.

EMENYONU, E. N.; GRAY, S. J. EC accounting harmonisation: an empirical study of measurement practices in France, Germany and the UK. *Accounting and Business Research*, v. 23, p. 49-58, 1992.

EKBERG, M.; LINDGREN, L. (2007). Accounting of intangibles under IFRS - A comparative study of Sweden and Australia. Master Thesis, Department of Financial Reporting and Analysis, School of Business, Economics and Law, Gothenburg University, Spring, p. 1-50.

FABIANO, DARKS. *O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC*. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

FERNANDES, Luciana de Jesus Delfino et. al. Uma abordagem sobre a harmonização entre a Contabilidade brasileira e internacional: o caso da parada programada. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v.01, nº 9, p. 49 – 70, jan/jun. 2008.

FRANCO, G.; KOTHARI, S. P.; VERDI, R. S. The benefits of financial statement comparability. *Journal of Accounting Research*, v.49, nº 4, p. 895 – 931, 2011.

FRERI, M. R., SALOTTI, B. M. Comparabilidade de empresas administradoras de shoppings centers do mercado de capitais brasileiro. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 18, n. 1, p. 25-45, jan./abril. 2013.

FOND, M.; HUNG, M.; LI, S. The impact of mandatory IFRS adption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. *Journal of Accounting and Economics*, v.51, nº3, p. 240 – 250, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HERMANN, D.; THOMAS, W. Harmonization of accounting measurement practices in the European Community. *Accounting and Business Research*, v. 25, p. 253-265, 1995.

IUDÍCIBUS, S.; LÁZARO, P. L. Contabilidade: entre umas e outras. *Revista de Informação Contábil*, Recife, v.1, nº 1, p. 1 – 6, set. 2007.

KANG, J. K.; STULZ, R. Why is there a home bias? An analysis of foreign portfolio equity ownership in Japan. *Journal of Financial Economics*, v. 46, p. 3 – 28, 1997.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Gerenciamento de resultados: análise comparativa de Empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS. In: V CONGRESSO ANPCONT. 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2011.

MACHADO, H. M; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 89-110, 2011.

PARKER, R.; MORRIS, R. The influence of US GAAP on the harmony of accounting measurement policies of large companies in the UK and Australia. *Abacus*, v. 37, n. 3, p. 297-378, 2001.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas* São Paulo: Atlas. 2008.

SILVA, A. T. O.; SZUSTER, N. Evidenciação de um empresa no exterior. Estudo de caso Cabo Verde Telecom S.A – Portugal Telecom SGPS S.A. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v.10, nº 1, p.77 – 90, jan./jun. 2005.

SILVA, A. F. S.; SILVA, E. P.; DENBERG, M. W. Mensuração do fair value de ativos tangíveis: estoque e ativo imobilizado. *Revista Pensar Contábil*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 51, p. 48-55, 2011.

TAPLIN, R. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, v. 34, n. 1, p. 57-73, 2004.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves et al. Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela BOVESPA com o CPC 01-Redução ao valor recuperável de ativos. In: IV CONGRESSO ANPCONT. 2010, Natal. *Anais...* Natal: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2010.

THOMAZ, J. L. P.; KRONBAUER, C. A.; LISZBINSKI, B. B.; As práticas contábeis relativas à mensuração e evidenciação dos estoques em empresas industriais do mercosul e comunidade andina estão convergentes com a norma do IASB?. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. Florianópolis, v. 10, n. 21, p. 51-70, 2013.

VAN DER TAS, L. G. Measuring harmonization of financial reporting practice. *Accounting and Business Research*, v. 18, p. 157-169, 1988.

WALLACE, P. W.; WILLIAMS, A. G. Accounting for derivatives: the latest changes affecting financial institutions. *Bank Accounting & Finance*, v. 15, n. 3, 2002.